



Estratégia
Carreira Jurídica

1º SIMULADO

DELTA PF

2020

05 DE JULHO

APLICAÇÃO: 08:00 | CORREÇÃO: 14:00

1º Simulado Especial

1º Simulado Delta-PF

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Delegado da Polícia Federal;
- 2 – A prova contém **200 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Delta-PF-05-07>

01 – C E	26 – C E	51 – C E	76 – C E	101 – C E	126 – C E	151 – C E	176 – C E
02 – C E	27 – C E	52 – C E	77 – C E	102 – C E	127 – C E	152 – C E	177 – C E
03 – C E	28 – C E	53 – C E	78 – C E	103 – C E	128 – C E	153 – C E	178 – C E
04 – C E	29 – C E	54 – C E	79 – C E	104 – C E	129 – C E	154 – C E	179 – C E
05 – C E	30 – C E	55 – C E	80 – C E	105 – C E	130 – C E	155 – C E	180 – C E
06 – C E	31 – C E	56 – C E	81 – C E	106 – C E	131 – C E	156 – C E	181 – C E
07 – C E	32 – C E	57 – C E	82 – C E	107 – C E	132 – C E	157 – C E	182 – C E
08 – C E	33 – C E	58 – C E	83 – C E	108 – C E	133 – C E	158 – C E	183 – C E
09 – C E	34 – C E	59 – C E	84 – C E	109 – C E	134 – C E	159 – C E	184 – C E
10 – C E	35 – C E	60 – C E	85 – C E	110 – C E	135 – C E	160 – C E	188 – C E
11 – C E	36 – C E	61 – C E	86 – C E	111 – C E	136 – C E	161 – C E	186 – C E
12 – C E	37 – C E	62 – C E	87 – C E	112 – C E	137 – C E	162 – C E	187 – C E
13 – C E	38 – C E	63 – C E	88 – C E	113 – C E	138 – C E	163 – C E	188 – C E
14 – C E	39 – C E	64 – C E	89 – C E	114 – C E	139 – C E	164 – C E	189 – C E
15 – C E	40 – C E	65 – C E	90 – C E	115 – C E	140 – C E	165 – C E	190 – C E
16 – C E	41 – C E	66 – C E	91 – C E	116 – C E	141 – C E	166 – C E	191 – C E
17 – C E	42 – C E	67 – C E	92 – C E	117 – C E	142 – C E	167 – C E	192 – C E
18 – C E	43 – C E	68 – C E	93 – C E	118 – C E	143 – C E	168 – C E	193 – C E
19 – C E	44 – C E	69 – C E	94 – C E	119 – C E	144 – C E	169 – C E	194 – C E
20 – C E	45 – C E	70 – C E	95 – C E	120 – C E	145 – C E	170 – C E	195 – C E
21 – C E	46 – C E	71 – C E	96 – C E	121 – C E	146 – C E	171 – C E	196 – C E
22 – C E	47 – C E	72 – C E	97 – C E	122 – C E	147 – C E	172 – C E	197 – C E
23 – C E	48 – C E	73 – C E	98 – C E	123 – C E	148 – C E	173 – C E	198 – C E
24 – C E	49 – C E	74 – C E	99 – C E	124 – C E	149 – C E	174 – C E	199 – C E
25 – C E	50 – C E	75 – C E	100 – C E	125 – C E	150 – C E	175 – C E	200 – C E

DIREITO ADMINISTRATIVO

Cláudio Tusco

- 01.** Por pertencer a Polícia Federal ao Poder Executivo, os atos praticados por agentes públicos lotados nesse órgão não são sujeitos a controle legislativo, mas apenas a controle administrativo e judicial.
- 02.** Se fosse transformado em autarquia federal, a Polícia Federal passaria a integrar a administração indireta da União.
- 03.** A Constituição Federal não traz expresso, em seu texto, o conceito de serviço público, nem tampouco as leis o fazem, no Brasil. Assim, a conceituação do serviço público deve ser buscada na doutrina.
- 04.** Os consórcios públicos, quando assumem personalidade jurídica de direito público, constituem-se como associações públicas, passando, assim, a integrar a administração indireta dos entes federativos consorciados.
- 05.** Existe a possibilidade de participação de recursos particulares na formação do capital social de empresa pública federal.
- 06.** O surgimento de uma autarquia se consolida com o registro de seus estatutos em cartório.
- 07.** Uma empresa pública federal, exploradora de atividade econômica em regime de ampla concorrência, possui um imóvel no Rio de Janeiro, o qual está alugado para uma concessionária de veículos. Nessa hipótese, desde que a renda desse imóvel seja aplicável às atividades-fim da referida empresa, haverá imunidade em relação ao Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU).
- 08.** Uma empresa pública prestadora de serviços públicos pode ter os seus bens penhorados, mesmo que afetada a sua atividade-fim, já que ela se submete ao regime jurídico das empresas privadas.
- 09.** A única diferença entre sociedade de economia mista e empresa pública é a composição do capital.

- 10.** As instituições públicas de crédito, a exemplo do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, fazem parte da administração indireta, por serem todas sociedades de economia mista.
- 11.** De acordo com o STF, o TCU não tem competência para julgar contas das sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica, ou de seus administradores, já que os bens dessas entidades não são públicos, mas, sim privados.
- 12.** As empresas públicas são dotadas de personalidade de direito privado, com capital exclusivamente privado, para realizar atividade de interesse da administração instituidora, nos moldes da iniciativa particular, podendo assumir qualquer forma e organização empresarial.
- 13.** As pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração indireta não podem participar da composição do capital de empresas públicas, já que o capital dessas empresas é inteiramente público.
- 14.** O termo controle interno exterior pode ser utilizado para designar o controle efetuado pela administração sobre as entidades da administração indireta.
- 15.** A administração pública é caracterizada, do ponto de vista objetivo, pela própria atividade administrativa exercida pelo Estado, por meio de seus agentes e órgãos.
- 16.** As entidades compreendidas na administração indireta subordinam-se ao ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade, mantendo com este uma relação hierárquica de índole político-administrativa, mas não funcional.
- 17.** É possível a existência, no plano federal, de entidades da administração indireta vinculadas aos Poderes Legislativo e Judiciário.
- 18.** A Constituição Federal determina a obrigatoriedade de a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios instituírem, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração direta e de todas as entidades da administração indireta.

19. Tanto a investidura em cargo como em emprego público exige aprovação prévia em concurso público, mas a nomeação para cargos em comissão e funções de confiança, assim como a contratação para serviços temporários, prescinde dessa exigência.
20. Segundo classificação doutrinária, quanto ao critério relacionado à posição estatal, os órgãos autônomos são aqueles originários da Constituição e que representam os três poderes do Estado, cujas funções são exercidas por agentes políticos.
21. O direito à livre associação sindical é aplicável ao servidor público civil, mas não abrange o servidor militar, já que existe norma constitucional expressa que veda aos militares a sindicalização e a greve.
22. Os candidatos inscritos em concurso público não têm direito adquirido à realização do certame.
23. Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, os empregados de empresa pública e de sociedade de economia mista admitidos antes da Emenda Constitucional nº 19/1998 fazem jus à estabilidade no serviço público.
24. Na administração pública, os cargos públicos podem ser classificados como cargo em comissão, cargo efetivo e cargo vitalício. São exemplos de cargos vitalícios os de juiz e de promotor de justiça.
25. Em decorrência do princípio da organização legal do serviço público, somente por meio de lei podem ser criados cargos, empregos e funções públicas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Oto Teixeira

26. As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

27. A previsão em edital é suficiente para sujeitar os candidatos de concursos públicos à realização de exame psicotécnico como condição para ingresso no cargo.
28. A Constituição-garantia é marcada pela forte atuação do Estado com prestação positivas (obrigação de fazer), diretamente ligada aos direitos sociais.
29. No sistema norte-americano, o exercício do controle de constitucionalidade é atribuído a um órgão central que, muitas vezes, afigura-se na Suprema Corte e exerce o controle concentrado e abstrato de constitucionalidade.
30. A decisão de órgão fracionário de tribunal que afaste a incidência, no todo ou em parte, de determinada norma viola a cláusula de reserva de plenário.
31. É admissível ADC, no STF, para declaração de constitucionalidade de ato normativo municipal, desde que contestado em face da Constituição Federal.
32. Uma nova Constituição, como fundamento de validade das normas infraconstitucionais, torna inconstitucionais as leis anteriores que com ela não sejam compatíveis.
33. As limitações transcendentais ao Poder Constituinte Originário decorrem de normas do direito natural e constituem limitações de ordem material.
34. A Constituição Federal de 1988 pode ser classificada como dogmática, uma vez que reflete dogmas de determinado momento histórico.
35. O método de interpretação tópico-problemático é aquele que orienta o intérprete a identificar tópicos para a discussão do problema constitucional. Nesse método, o intérprete, na atividade de hermenêutica constitucional, parte do problema concreto para norma.

- 36.** A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- 37.** A Constituição Federal veda a participação da iniciativa privada no SUS.
- 38.** As constituições estaduais só podem fazer exigência de lei complementar para as matérias que a Constituição Federal exige lei complementar.
- 39.** A extradição é vedada para os natos e permitida para os naturalizados quando houver prática de crimes comuns, praticados antes da naturalização ou por comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- 40.** As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
- 41.** As CPIs têm poderes para quebrar sigilo de dados telefônicos.
- 42.** Deputado federal e senadores são autoridades que possuem legitimidade para propor ADI.
- 43.** O alistamento eleitoral não é condição de elegibilidade.
- 44.** O neoconstitucionalismo nasceu na Europa em contexto de pós-segunda guerra mundial e visou resgatar a ideia do positivismo jurídico que fora perdida.
- 45.** A União aplicará, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser superior a 10%.
- 46.** É vedada a percepção acumulada de proventos de aposentadoria do regime próprio de previdência social, com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
- 47.** Os Estados poderão, mediante lei complementar e consulta prévia a população interessada, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- 48.** A vedação ao nepotismo decorre diretamente dos princípios contidos no artigo 37, caput, da Constituição Federal e não exige a edição de lei.
- 49.** O teto remuneratório aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.
- 50.** De acordo com o texto da Constituição, as CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito) terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas casas.

DIREITO CIVIL

Itawan Pereira

51. Considerando as disposições constantes na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e de acordo com a situação hipotética, julgue a seguinte situação:

Em 02 de abril de 2020 foi publicada a norma 13.982/2020 que garante, durante o período de 3 meses, a contar da publicação da lei, a concessão de auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 mensais ao trabalhador que cumpra cumulativamente diversos requisitos.

Considerando que o art. 7º tenha previsto a entrada em vigor da Lei na data de sua publicação, é possível dizer que o direito ao auxílio emergencial será devido após 45 dias, nos termos da regra geral prevista no art.1º da LINDB.

52. Considerando as novas disposições trazidas pela LINDB e o novo marco de aplicação e interpretação do direito público (Lei n.13.655/2018), julgue a situação a seguir:

Na tomada de decisão de um processo administrativo, o gestor público não tem qualquer obrigação em considerar as consequências práticas, sendo suficiente o critério de ponderação de valores jurídicos abstratos.

53. Considere a seguinte situação:

Em uma cidade, um grupo de motociclistas se juntou para realizar *delivery* de refeições a partir de compras realizadas por clientes através de aplicativos de comida. Considere que o referido serviço dependa de expedição de licença, fato este constatado pela fiscalização e levado ao conhecimento do prefeito.

Nessa situação, é possível que o prefeito, visando eliminar irregularidade e após a oitiva do órgão jurídico, celebre compromisso com os interessados, observando-se a legislação aplicável ao caso em questão.

54. Quanto aos direitos da personalidade, julgue o item a seguir:

De acordo com o entendimento do STF, o transgênero pode alterar seu prenome e gênero no registro civil mesmo sem fazer cirurgia de transgenitalização e mesmo sem autorização judicial.

55. Sobre a Desconsideração da Personalidade Jurídica, julgue o item a seguir:

Segundo o STJ, a instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica exige prova de inexistência de bens do devedor.

56. No que se refere a Responsabilidade Civil, julgue o item a seguir:

De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, a decretação da prescrição da pretensão punitiva do Estado na ação penal não fulmina o interesse processual no exercício da pretensão indenizatória a ser deduzida no juízo cível pelo mesmo fato.

57. Sobre a Responsabilidade Civil do condutor de veículo embriagado e o entendimento do STJ, julgue o seguinte item:

Em ação destinada a apurar a responsabilidade civil decorrente de acidente de trânsito, presume-se culpado o condutor de veículo automotor que se encontra em estado de embriaguez, cabendo-lhe o ônus de comprovar a ocorrência de alguma excludente do nexo de causalidade.

58. Sobre o direito à imagem, considere a seguinte situação:

Um Jornal de grande circulação no Rio de Janeiro divulgou a imagem de uma pessoa morta em um tiroteio entre policiais e um grupo de traficantes em uma via pública. Nessa situação, segundo o STF, o jornal tem o dever de indenizar os familiares da vítima.

59. Com relação aos direitos das Personalidade, julgue o seguinte item:

Segundo o STJ, como direito da personalidade reconhecido pela jurisprudência e pelo Código Civil, o prenome pode ser alterado mediante a simples manifestação de vontade do requerente, sem necessidade de justificativa.

60. Sobre a Responsabilidade Civil e o dever de armazenamento de dados pelos provedores de internet, julgue o seguinte item:

De acordo com o STJ, o provedor tem o dever de fornecer porta lógica para identificar usuário acusado de atividade irregular na internet.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Fernanda Nobre da Matta

Sobre homologação de sentença estrangeira, competência, mandado de segurança e tutela provisória julgue os itens a seguir:

61. Toda decisão judicial estrangeira, seja ela definitiva ou interlocutória, necessitará de juízo de delibação a ser realizado pelo STJ, com a consequente homologação da sentença ou concessão de exequatur, a fim de produzir efeitos no Brasil.

62. Necessitam ser homologadas as decisões que, embora ostentem natureza administrativa no exterior, sejam, para o sistema brasileiro, atos jurisdicionais.

63. As ações de alimentos, quando o credor tiver domicílio no Brasil, são de competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira.

64. A abusividade de cláusula de eleição de foro só pode ser reconhecida de ofício pelo juiz antes da citação.

65. O reconhecimento de ofício pelo juiz da ineficácia da eleição de foro deve ser precedido de manifestação do autor a respeito da suposta abusividade da cláusula.

66. Quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta posteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.

67. Não se exige autorização específica para que as associações, por meio de mandado de segurança coletivo ou ação ordinária, defendam os interesses de seus associados.

68. No mandado de segurança não é possível a emenda da petição inicial para a correção da autoridade coatora em razão do seu rito sumaríssimo.

69. Para a concessão da tutela da evidência não é necessário perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

70. A decisão que concede tutela antecipada de caráter antecedente não faz coisa julgada, mas pode adquirir estabilidade.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Rafael Dantas

71. O auxílio direto em matéria penal, também conhecido como *mutual legal assistance*, possui natureza de carta rogatória, de modo que depende de autorização judicial e de atuação do Ministério das Relações Exteriores para funcionar.

72. Conforme a legislação vigente, a Polícia Federal tem atribuições investigativas relativas à violação de todos os direitos, que a República Federativa do Brasil se comprometeu a reprimir em decorrência de tratados internacionais de que seja parte.

- 73.** Segundo disposição constitucional, nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito, incidente de deslocamento de atribuição para a Polícia Federal.
- 74.** Conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, toda pessoa acusada de um ato delituoso tem o direito de ser presumida inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.
- 75.** Sobre o direito ao asilo político, a Declaração Universal dos Direitos Humanos assevera que toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países, inclusive este direito pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas.
- 76.** Sobre o direito à liberdade de locomoção, a Declaração Universal dos Direitos Humanos aduz que toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.
- 77.** Acerca do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (TPI), é correto afirmar que sua competência *ratione personae* abrange pessoas físicas maiores de 18 (dezoito) anos.
- 78.** Segundo o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (TPI), crimes de guerra consistem em destruir total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso.
- 79.** O Protocolo de São Luís (Decreto nº 3.468/2000) determina que cada Estado Parte designe uma autoridade Central encarregada de receber e transmitir os pedidos de assistência jurídica mútua. Para esse fim, referidas Autoridades Centrais se comunicarão diretamente entre elas, remetendo tais solicitações às respectivas autoridades competentes.
- 80.** A legislação brasileira considera como residente fronteiriço a pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho.
- 81.** Segundo a Lei de Migração (Lei 13.445/17), é indispensável a fiscalização de passageiro, tripulante e estafe de navio em passagem inocente, exceto quando houver necessidade de descida de pessoa a terra ou de subida a bordo do navio
- 82.** A repatriação, conforme a Lei de Migração (Lei 13.445/17), consiste em medida administrativa de devolução de pessoa em situação de impedimento ao país de procedência ou de nacionalidade
- 83.** A Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo), prevista decreto nº 5.015/04, prevê que cooperação judiciária internacional pode ser solicitada para efetuar buscas e apreensões.
- 84.** Acerca das imunidades diplomáticas, a Convenção de Viena assevera que a pessoa do agente diplomático é inviolável, de modo que não poderá ser objeto de nenhuma forma de detenção ou prisão.
- 85.** As imunidades diplomáticas previstas a Convenção de Viena, em regra, impedem que o agente diplomático figure como réu em processos no Brasil, porém, ele é obrigado a prestar depoimento como testemunha.

DIREITO PENAL

Allan Mattos

86. Acerca do princípio da insignificância, julgue o item a seguir:

Segundo o STF, é possível aplicar o princípio da insignificância para o furto de mercadorias avaliadas em R\$ 20,00, mesmo que a subtração tenha ocorrido durante o período de repouso noturno e mesmo que o agente seja reincidente.

87. A folha de antecedentes criminais não é documento suficiente a comprovar os maus antecedentes e a reincidência.

88. O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 30 (trinta) anos.

89. Em regra, o crime de estelionato somente se procede mediante ação penal pública incondicionada, sendo a exceção o seu reconhecimento via ação penal pública condicionada à representação.

90. Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será executada perante o juiz da execução penal e será considerada dívida de valor, aplicáveis as normas relativas à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição.

91. O indulto extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória), mas não atinge os efeitos secundários, penais ou extrapenais.

92. Na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena máxima superior a 8 (oito) anos de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.

93. Antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre na pendência de embargos de declaração ou de recursos aos Tribunais Superiores, quando admissíveis.

94. Dolo normativo é aquele que é composto por consciência, vontade e atual consciência da ilicitude.

95. Caio, condenado a uma pena de 3 anos de reclusão, teve a sua pena privativa de liberdade substituída por duas restritivas de direitos. Uma delas foi o pagamento de prestação pecuniária no valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), parceladamente em 48 prestações mensais. O Ministério Público afirmou que o prazo para cumprimento da prestação pecuniária é muito longo e que haveria o risco de o condenado não pagar. Por tal razão, pediu ao juiz que decretasse o arresto dos bens do sentenciado. Este requerimento é plausível e deve ser deferido.

96. Os crimes de sonegação fiscal e apropriação indébita previdenciária prescindem de dolo específico, sendo suficiente, para a sua caracterização, a presença do dolo genérico consistente na omissão voluntária do recolhimento, no prazo legal, dos valores devidos.

97. A exposição de motivos do Código Penal possui a natureza de interpretação autêntica, uma vez que foi votada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República.

98. Considerando a situação hipotética abaixo, julgue o item seguinte:

João, servidor público responsável pela fiscalização de entrada e saída de mercadorias no estado de Minas Gerais, deliberadamente não verificou o correto pagamento do imposto devido. Dessa forma, João comete o crime de descaminho.

99. Durante o cumprimento de um mandado de busca e apreensão, José utilizou palavras de baixo calão direcionadas a um agente de Polícia Federal que participava da diligência. Nesse caso, José não responderá pelo crime de desacato, tendo em vista que o tipo penal não foi recepcionado pela Constituição de 1988.

100. Tendo como base a situação hipotética abaixo, julgue o item:

Mévio e Tício, em unidade de desígnios, roubaram uma agência dos Correios. Na ocasião, subtraíram, mediante o emprego de arma de fogo de uso restrito, a quantia de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) de propriedade do Banco Postal. Dessa forma, Mévio e Tício estarão sujeitos a uma pena em dobro à prevista para o roubo cometido sem qualquer tipo de arma.

101. A teoria do domínio do fato permite que a mera posição de um agente na escala hierárquica sirva para demonstrar ou reforçar o dolo da conduta. Dessa forma, um Prefeito Municipal poderá ser condenado criminalmente, caso se verifique uma irregularidade em uma licitação municipal, ainda que não tenha participado diretamente do ato administrativo.

102. Carlos, valendo-se de sua condição de servidor público federal e cedendo a pedido de amigo íntimo, deixou de cumprir seu dever funcional ao não ter promovido ação para apurar infração de determinada empresa vinculada à administração pública. Portanto, Carlos cometeu o crime de prevaricação.

103. O erro na execução ocorre quando, por acidente ou falha no uso dos meios de execução, o agente, ao invés de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa. Caso isso ocorra, ele responderá como se tivesse praticado o crime contra aquela.

104. Para a configuração do crime de descaminho é prescindível a constituição definitiva do crédito tributário e a ocorrência de efetivo prejuízo ao erário.

105. Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem. Da mesma forma, considerando os requisitos anteriores, considera-se também em legítima defesa o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Oto Teixeira

106. De acordo com o STJ, é lícita a revista pessoal realizada por agente de segurança privada devidamente registrado no órgão competente.

107. Caso um crime de competência da Justiça Eleitoral venha a ser processado e julgado na Justiça Comum Estadual haverá nulidade relativa.

108. O inquérito não poderá ser instaurado quando a autoridade policial estiver diante de infração de pequeno potencial ofensivo, nesses casos, deve, sob pena de nulidade absoluta, ser lavrado TCO (Termo Circunstanciado de Ocorrência).

109. Compete a Justiça Federal julgar os crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira

110. Os crimes de tráfico interestadual de drogas serão julgados na Justiça Estadual.

111. Compete a justiça estadual processar e julgar prefeito por desvio de verba pública transferida e incorporada ao patrimônio municipal, ainda que a verba tenha sido repassada pela União.

112. O Código de Processo Penal, quanto a lei processual penal no tempo, adota o princípio da aplicação imediata dos atos processuais.

- 113.** Diante de duplo julgamento pelo mesmo fato prevalecerá a sentença mais favorável ao réu.
- 114.** O indulto extingue os efeitos primários e secundários da condenação, não atingindo os efeitos extrapenais.
- 115.** O STF determinou que a expressão “para o interrogatório”, prevista no art. 260 do CPP (condução coercitiva), não foi recepcionada pela Constituição Federal.
- 116.** Em caso de flagrante delito, será necessária autorização judicial para apreensão de celular do preso.
- 117.** Os vereadores possuem foro por prerrogativa de função no Tribunal de Justiça ou no Tribunal Regional Federal pelos crimes praticados em razão de suas funções.
- 118.** O controle externo da atividade investigativa policial das Polícias Cíveis e Federal compete à Corregedoria de Polícia.
- 119.** Com o advento da Súmula Vinculante 14, fornecendo acesso pela defesa dos elementos de prova já concluídos e documentados nos autos do inquérito policial, o inquérito policial deixou de ser um procedimento sigiloso.
- 120.** É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.
- 121.** Nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.

- 122.** As causas de impedimento do juiz estão previstas taxativamente no Código de Processo Penal, ao passo que as causas de suspeição estão previstas em rol não taxativo.
- 123.** A prisão temporária pode ser decretada em qualquer fase da persecução penal.
- 124.** Não há previsão de imunidade relativa à prisão para advogados públicos federais.
- 125.** A citação por edital será realizada quando o acusado se oculta para não ser citado.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Luiz Godoy

- 126.** Nos moldes dos modernos diplomas penais, como a Lei dos Crimes Ambientais, na reforma de 2012, da Lei de Lavagem de Dinheiro, o legislador incluiu a responsabilidade penal da pessoa jurídica, conforme previsão do artigo 173, parágrafo quinto, da Constituição Federal.
- 127.** No que concerne aos crimes em espécie, julgue os itens seguintes. Em crimes de lavagem de dinheiro, dada a natureza do delito praticado, é incabível a tentativa.
- 128.** A Lei de Lavagem de Dinheiro disciplina crimes que necessariamente dependem de um outro delito principal, motivo pelo qual recebem a classificação doutrinária de crimes parasitários. Assim, no que se refere à legitimidade para o polo passivo da ação penal pelos crimes disciplinados na Lei n. 9.613/1998, torna-se desnecessária a participação do acusado do crime de lavagem de dinheiro nos delitos a ele antecedentes.

- 129.** A Lei 9.605/1998, que trata das infrações penais praticadas contra o meio ambiente, acaba por tutelar a fauna, flora, os recursos minerais, entre outros bens de valores fundamentais a um meio ambiente saudável e equilibrado. Deste modo, por serem delitos que deixam vestígios, torna-se sempre necessária a realização da perícia para a configuração da materialidade da infração.
- 130.** O artigo 28 da Lei n. 11.343/2006, que disciplina a conduta daquele que está na posse de drogas para fins de consumo pessoal, deixou de disciplinar no seu preceito secundário a pena privativa de liberdade, conforme previa a revogada legislação sobre o tema. Nesse sentido prevalece o entendimento nos tribunais superiores que houve a descriminalização da conduta de porte de droga para consumo pessoal.
- 131.** No caso do crime do artigo 22 da Lei dos Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional (evasão de divisas), como por exemplo, nas operações “dólar cabo”, não é possível utilizar o valor de R\$ 10.000,00 como parâmetro para fins de aplicação do princípio da insignificância.
- 132.** A doutrina e jurisprudência do STF e STJ majoritária interpretam que a redação do dispositivo do artigo 5º, da Lei de Interceptação Telefônica, que disciplina no texto legal que: A decisão será fundamentada, sob pena de nulidade, indicando também a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de quinze dias, renovável por igual tempo uma vez comprovada a indispensabilidade do meio de prova, admite que o juiz competente autorize sucessivas prorrogações, desde que estejam presente os requisitos legais.
- 133.** Os dados cadastrais estão tutelados pelo inciso X do artigo 5º da Constituição Federal brasileira, de modo que o Supremo Tribunal julgou recentemente reconheceu em sede ADI, a inconstitucionalidade do dispositivo tutelado nos artigo 17-C, da Lei de Lavagem de Dinheiro, no sentido de que a Autoridade de Policial e o Ministério Público somente terão acesso aos dados cadastrais de investigados, mediante ordem judicial, uma vez que há clara violação ao princípio da
- inviolabilidade da intimidade e permissibilidade de acesso a essas informações, sem prévia autorização judicial, como, aliás, reconhecido em lei posterior pelo legislador, com a inserção do artigo 15 da Lei do Crime Organizado.
- 134.** Segundo dispositivo expresso da Lei de Tortura, na hipótese de condenação do funcionário público pelas figuras criminosas tuteladas pela referida Lei, haverá perda automática do cargo, emprego público e função.
- 135.** Constitui crime de tortura constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental em razão de discriminação racial ou religiosa, nos termos da Lei de Tortura, Lei 9.455/1997.
- 136.** MARIO condenado com trânsito em julgado pelo crime do art. 28 da Lei de Drogas, prática crime de furto dentro do interstício de 5 anos após a publicação da decisão condenatória pelo crime de posse de drogas para fins de consumo, contudo, neste caso, a única pena imposta pelo juiz competente foi a de multa, fato que, posteriormente, caracterizou circunstância agravante na aplicação da pena pelo crime de furto.
- 137.** A competência para o julgamento dos Crimes disciplinados na Lei 7.492/1986, Lei dos Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional, será da Justiça Comum Estadual ou do Distrito Federal, se o controlador e os administradores de instituição financeira de natureza privada, forem penalmente responsáveis.
- 138.** Nos termos da Súmula 145 do Supremo Tribunal Federal, caracteriza crime impossível a venda de arma de fogo, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal a agente policial disfarçado, quando presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal anterior.

139. Os crimes tipificados no artigo 33 e seus parágrafos, da Lei 11.343/2006, Lei de Drogas, por serem crimes equiparados ao hediondo, aplicam-se a eles todas as consequências da hediondez disciplinadas na Lei de Execução Penal, tal como a progressão de regime em prazo diferenciado.

140. MARIO, JOÃO, MARIA E LUIZA, associaram-se de forma estrutural e ordenada, com vínculo permanente, em que cada um deles seria responsável por uma tarefa ilícita, com objetivo de obter, vantagem pecuniária decorrente da compra e venda de arma de uso proibido ou restrito importadas do Paraguai, contudo no momento anterior a execução do crime de tráfico internacional de arma de fogo, foram presos. Na sentença condenatória o juiz aplicou as consequências decorrentes da Lei 8.072/1990, Lei dos Crimes Hediondos.

141. O Código de Processo Penal e a Lei dos Crimes Ambientais tutela de modo diferenciado a destinação dos bens apreendidos no âmbito da tutela conferida pela Lei 9.605/1998, de forma que na hipótese de decretação de perdimento de obras de arte ou de outros bens de relevante valor cultural ou artístico poderão mediante decisão judicial ser encaminhados a museus públicos.

142. Nos termos da Lei de Execução Penal, a prática de fato definido como crime doloso pelo preso provisório caracterizará falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, o sujeitará ao regime disciplinar diferenciado.

143. A Lei 13.694 de 2019, que institui o “Pacote Anticrime” inovou alguns importantes aspectos do Instituto da Colaboração Premiada, disciplinado na Lei 12.850 de 2013, entre eles destacamos a desnecessidade da presença do advogado se a tratativa da colaboração for elaborada pelo Delegado de Polícia durante a fase investigativa, de modo a preservar as futuras diligências necessárias para corroborar as informações, dados e provas delatadas pelo propenso colaborador.

144. No acordo de delação premiada, o colaborador para ter direito as condições impostas nas tratativas celebradas entre a autoridade legitimada, após a referida homologação pelo juiz competente deverá narrar todos os fatos ilícitos para os quais concorreu ligados direta ou indiretamente com os fatos investigados.

145. Segundo precedentes do Supremo Tribunal Federal, nada impede a deflagração da persecução penal pela chamada “denúncia anônima” em procedimento de interceptação telefônica, desde que durante a instrução processual penal, os elementos colhidos no curso da medida de monitoramento das comunicações sejam corroborados por outras provas admitidas em direito.

DIREITO EMPRESARIAL

Felipe Fachinelli

146. A respeito do direito falimentar, julgue o item que se segue.

São considerados créditos concursais e obedecerão à ordem de classificação dos créditos o pensionamento fixado em sentença judicial, decorrente de ação de indenização por acidente de trânsito

147. Tício, renomado advogado que atua na Falência de empresas, é contratada pelo administrador judicial para prestar serviços durante o processo de falência da Empresa El Dourado LTDA.

A partir dessa situação hipotética julgue o item que se segue:

Tício ao final da arrecadação do ativo da empresa, deverá inscrever seu crédito falimentar como concursal, tendo preferência de recebimento, uma vez que, conforme o STJ, os honorários advocatícios se equiparam ao crédito trabalhista.

148. Acerca da Recuperação Judicial, responda:

Segundo o entendimento prevalente no STJ, as execuções fiscais não se suspendem diante o deferimento do processamento da recuperação judicial, no entanto, eventuais pedidos de constrição de bens deverão ser realizados perante o Juízo Universal.

149. Segundo o STJ, o prazo de 180 dias de suspensão das ações e execuções contrárias ao devedor, correspondente ao *Stay Period*, possui natureza processual, de modo que deverá ser contado em dias úteis, conforme prevê o Código de Processo Civil.

150. O princípio da Autonomia, dentre outros, é tido como um dos pilares formadores dos Títulos de Crédito, sendo possível afirmar que Princípio inoponibilidade das exceções de 3 e Abstração são desdobramentos lógicos.

151. O dever de garantia do emitente do cheque, previsto no artigo 15 da Lei. 7357/85, pode ser afastado com base nos costumes e boa-fé objetiva.

152. A cláusula de Interdição da Concorrência ou Não Restabelecimento é implícita ao contrato de trespasse do estabelecimento empresarial, não possuindo caráter absoluto, de modo que, diante uma arbitrariedade ou abuso, o poder judiciário poderá apreciá-la.

153. O empresário Individual casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.

154. Na sociedade Limitada, os sócios respondem limitadamente, de acordo com as suas quotas integralizadas para a formação do capital social, no entanto, respondem solidariamente pela integralização total do capital social da Sociedade Limitada.

155. Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a Ação Social reparatória (*Uti Universi*), prevista no artigo 159 da Lei da Sociedade Anônima, ajuizada pela Sociedade Empresária contra ex administrador, depende da autorização da assembleia, não podendo essa autorização ser comprovada após o ajuizamento da ação.

CRIMINOLOGIA

Rafael Dantas

156. A criminologia consiste em uma da ciência empírica e interdisciplinar, que tem por objeto de análise o crime, o criminoso, a vítima e o controle social e se vale do método dedutivo.

157. O objeto da criminologia é quadripartido e compreende o crime, o criminoso, a vítima e o controle social.

158. A vitimização, sob o ponto de vista criminológico, divide-se em primária, secundária e terciária.

159. A criminologia reconhece, cientificamente, apenas o controle social formal, consistente na atuação das instâncias oficiais de controle como a polícia e o sistema carcerário.

160. O modelo teórico da criminologia, em sua fase positiva, adotado por Cesare Lombroso, assente que o delinquente possui livre arbítrio para a prática de crimes.

161. Quando editou a teoria da associação diferencial, Edwin Sutherland cunhou a expressão criminoso do colarinho branco.

162. A Teoria da Ecologia Criminal ou Teoria da Desorganização Social, também conhecida como Escola de Chicago, faz inferências quanto ao desenvolvimento das cidades e sua relação com o crime.

- 163.** A Teoria da Reação Social propõe como solução ao problema criminal a Política dos 4 (quatro) “D’s” (dês): Descriminalização; Diversão; Devido Processo Legal; e Desinstitucionalização.
- 164.** A Teoria Crítica ou Radical, de base marxista, propõe o recrudescimento do sistema de justiça criminal e o endurecimento das normas penais, com encarceramento massivo como subproduto
- 165.** A Teoria das Janelas Quebradas propõe que a criminalidade é um fenômeno exclusivamente decorrente das diferenças sociais, da pobreza e da falta de perspectivas.
- 166.** A premissa de que pequenos desvios ou delitos devem ser evitados ou punidos, como forma de evitar uma progressão a um mal maior, pertence à Teoria da Tolerância Zero, adotada na cidade de Nova Iorque, preponderantemente nos anos 1990.
- 167.** Cifra negra refere-se aos crimes perpetrados por forças policiais em autêntico genocídio contra jovens negros de periferia no Brasil.
- 168.** A prevenção secundária tem por objetivo prover a sociedade como um todo de meios educacionais, políticas de pleno emprego, moradia digna e outros direitos de cunho social, como forma de inibir a criminalidade.
- 169.** A Teoria da Reação Social de modelo dissuasório intervém no infrator, proporcionando-lhe reinserção social, com educação, profissionalização e aceitação social.
- 170.** A prevenção ao crime direta alcança um crime em formação, durante o *iter criminis*, sendo menos eficaz que a indireta.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Rafael Dantas

- 171.** A Seguridade Social é um sistema, composto por subsistemas como a Previdência Social, a Previdência Privada, a Assistência Social e a Saúde.
- 172.** A Reforma da Previdência Social, entabulada pela Emenda Constitucional nº 103/19, tratou de manter a permissão de conversão de tempo de contribuição especial em comum para situações posteriores ao início de sua vigência, como forma de preservar os direitos de trabalhadores expostos a ambientes nocivos prejudiciais à saúde.
- 173.** Com a Reforma da Previdência, entabulada pela Emenda Constitucional nº 103/19, o salário de benefício terá por base a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições a regime próprio de previdência social e ao Regime Geral de Previdência Social, ou como base para contribuições decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal, atualizados monetariamente, correspondentes a 100% (cem por cento) do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência.
- 174.** A Reforma da Previdência Social, entabulada pela Emenda Constitucional nº 103/19, não previu idade mínima para as aposentadorias especiais, como forma de garantir os direitos dos trabalhadores expostos a ambientes comprovadamente nocivos à saúde.
- 175.** Pedro Cunha tem 66 anos de idade e conta com apenas 21 anos de tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social. Ainda assim, Pedro requereu, em 30/06/2020, uma aposentadoria programada ao INSS, o qual negou o pleito, em razão da ausência de tempo de contribuição suficiente. Frente à legislação previdenciária, o INSS agiu corretamente.

176. Os professores têm direito a uma aposentadoria programada sob regras diferenciadas, bastando a eles comprovar 25 (vinte e cinco) anos de contribuição em efetivo exercício nas funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, independentemente se homem ou mulher.

177. A pensão por morte devida aos dependentes do policial federal, decorrente de agressão sofrida no exercício ou em razão da função será vitalícia para o cônjuge ou companheiro e equivalente à remuneração do cargo.

178. A aposentadoria programada dos policiais federais é de natureza especial, pois tem como requisitos 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, com 30 (trinta) anos de contribuição e 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício em cargo dessas carreiras, independentemente se homem ou mulher.

179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por meio de lei, contribuições para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, sendo vedada a adoção de alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões.

180. As contribuições sociais devidas por uma instituição financeira têm como base de cálculo o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados. Quanto a alíquota, pode alcançar o montante de 22,5%

181. Um famoso time de futebol brasileiro acumulou muitos títulos nacionais e estrangeiros no ano de 2019, muito por conta de um elenco cujas remunerações mensais são milionárias. Contudo, suas contribuições sociais correspondem a cinco por cento da receita bruta, decorrente dos espetáculos desportivos de que participe em todo território nacional em qualquer modalidade desportiva, inclusive jogos internacionais, e

de qualquer forma de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade, propaganda e de transmissão de espetáculos desportivos.

182. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, sem limite de prazo, quem está em gozo de qualquer benefício previdenciário.

183. Excetuadas as situações de invalidez, deficiência intelectual, mental ou grave, é considerado dependente do segurado da Previdência Social, o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 24 (vinte e quatro) anos, desde que esteja matriculado em curso de nível superior.

184. Em razão de recentes alterações promovidas no Código Penal, em especial quanto ao delito descrito no art. 171, o crime de estelionato previdenciário tem como condição de procedibilidade a representação do Ministro da Justiça.

185. Segundo a jurisprudência do STJ, o princípio da insignificância é inaplicável ao crime de estelionato quando cometido contra a administração pública, uma vez que a conduta ofende o patrimônio público, a moral administrativa e a fé pública, possuindo elevado grau de reprovabilidade.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

Cláudio Tusco

186. As espécies tributárias são, legal e constitucionalmente, imposto, taxa, contribuição de melhoria, contribuição social, contribuição de intervenção no domínio econômico, contribuição de interesse de categoria econômica ou profissional e contribuição de iluminação pública.

187. O que determina a natureza jurídica de um tributo é o fato gerador da respectiva obrigação, independentemente de sua denominação e da destinação legal do produto de sua arrecadação.

- 188.** O imposto encontra justificativa para sua pretensão de validade na necessidade de que o poder público desenvolva, em relação ao contribuinte, atividade de caráter específico.
- 189.** As atividades gerais do Estado devem ser financiadas com os impostos, e não com as taxas.
- 190.** A cobrança de impostos decorre de uma atividade administrativa não vinculada, haja vista os recursos poderem ser utilizados com quaisquer despesas previstas no orçamento.
- 191.** Legislação estadual pode dispor sobre direito financeiro.
- 192.** A Lei de Responsabilidade Fiscal engloba normas de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal, matéria já regulamentada pela Lei nº 4.320/1964.
- 193.** A renda obtida com o tráfico de drogas deve ser tributada, já que o que se tributa é o aumento patrimonial, e não o próprio tráfico.
- 194.** Para que o Estado possa cobrar determinada taxa, não é suficiente que a população esteja ciente de que serviço será financiado com a arrecadação dessa taxa.
- 195.** Acerca de competência tributária, conceito e classificação dos tributos, bem como de tributos em espécie, julgue o item a seguir: Segundo o STF, é constitucional a cobrança de taxa em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo e resíduos provenientes de imóveis.
- 196.** A instituição de taxas deve sempre observar o princípio da legalidade tributária.
- 197.** As taxas de serviço podem ser exigidas em virtude da mera disponibilidade do serviço público específico e divisível e, no caso de serviços de natureza compulsória, a sua cobrança independe da efetiva prestação da atividade pelo Estado ao contribuinte.
- 198.** Taxas são tributos que têm por hipótese de incidência uma atuação estatal diretamente referida ao contribuinte. Essa atuação estatal pode consistir em um serviço público (taxa de serviço) ou em um ato de polícia (taxa de polícia).
- 199.** As taxas cobradas pelo DF, no âmbito de suas atribuições, podem ter como fato gerador o exercício efetivo ou potencial do poder de polícia.
- 200.** Os serviços públicos específicos são suscetíveis de utilização por parte de cada um dos seus usuários de forma separada.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Delta-PF-05-07>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



CONHEÇA: [CURSOS PARA DELEGADO DA PF](#)